

# COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## PROJETO DE LEI Nº 5.974, DE 2023

Dispõe sobre a permissão de reprodução adaptada de obras para pessoas com deficiência intelectual.

**Autora:** COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Relator:** Deputado AUREO RIBEIRO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.974, de 2023, dispõe sobre a permissão de reprodução adaptada de obras para pessoas com deficiência intelectual, acrescentando uma limitação à ofensa aos direitos autorais (art. 46, inciso I da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998) para a reprodução “e) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de pessoas com deficiência intelectual, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o uso de linguagem simples para esses destinatários”.

A proposição foi distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), de Cultura (CCult), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

A matéria está sujeita à apreciação do Plenário e o regime de tramitação é prioritário, conforme o art. 151, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.



## II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 5.974, de 2023, dispõe sobre a permissão de reprodução adaptada de obras para pessoas com deficiência intelectual, acrescentando uma limitação à ofensa aos direitos autorais (art. 46, inciso I da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998) para a reprodução “e) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de pessoas com deficiência intelectual, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o uso de linguagem simples para esses destinatários”.

O texto vigente da Lei de Direitos Autorais já prevê, na alínea “d” do inciso I do art. 46, que não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução “d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários”. Portanto, a proposição legislativa em análise segue a mesma lógica para, com grande mérito e justiça, conceder direito similar a outra categoria de pessoas com deficiência: as pessoas com deficiência intelectual.

Note-se que a técnica denominada Linguagem Simples é ratificada internacionalmente, com discussões sistemáticas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) a esse respeito. É relevante notar que a Linguagem Simples não beneficia unicamente as pessoas com deficiência intelectual, mas todas as pessoas com deficiência:

*Coordenadora da publicação [Guia prático de Linguagem Simples: Simples Assim, apresentado pela delegação brasileira em reunião da ONU sobre a temática], a representante da FBASD [Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down], Patrícia Almeida, ressalta a relevância desse tipo de comunicação para diversos públicos. “A linguagem simples não é apenas para pessoas com deficiência intelectual, é para todas as pessoas com deficiência, antes do braille, da audiodescrição. É tudo sobre linguagem simples, que bom que o Brasil está aprendendo, a ONU está aprendendo”, detalhou Patrícia Almeida, que também é cofundadora do Movimento Down e criadora do Gadim Brasil – Aliança Global Para Inclusão da Deficiência na*



*Mídia e no Entretenimento (BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) <sup>1</sup>.*

Como se observa, há aspectos que podem ser aperfeiçoados na proposição: a grafia de “Linguagem Simples” em maiúsculas, para que a expressão seja entendida em sua especificidade técnica (e não apenas no mero sentido comum atribuído aos termos) e que fique claro que essa técnica se destina a todas as pessoas com deficiência, em especial às pessoas com deficiência intelectual. Cabe, ainda, deixar claro que o uso da técnica da Linguagem Simples consiste em uma forma de adaptação cuja utilização deverá ser exclusivamente para a finalidade a que se propõe, a qual se vincula a essa limitação específica de ofensa aos direitos autorais. Essa limitação é cabível pois observa a chamada “regra dos três passos”: é criada para um caso específico, não impõe prejuízos econômicos relevantes ao autor da obra e observa a proporcionalidade, tendo em vista a necessidade de realizar outros direitos fundamentais.

Diante do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.974, de 2023, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

Deputado AUREO RIBEIRO  
Relator

2024-4227

<sup>1</sup> Na ONU, delegação brasileira lança guia de linguagem simples. Brasília, 13 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/na-onu-delegacao-brasileira-lanca-guia-de-linguagensimples#:~:text=A%20Linguagem%20Simples%20%C3%A9%20uma%20t%C3%A9cnica%20que%20re%C3%BAne.a%20pessoas%20com%20dificuldade%20de%20compreens%C3%A3o%20de%20leitura>. Consulta em: 26 abr. 2024.



**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.974, DE 2023**

Dispõe sobre a permissão de reprodução por meio da técnica de Linguagem Simples de obras para pessoas com deficiência, em especial pessoas com deficiência intelectual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 46 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46 .....  
I - .....  
.....

e) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo pessoas com deficiência, em especial pessoas com deficiência intelectual, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita por adaptação mediante a técnica de Linguagem Simples ou outro procedimento congênere, em qualquer suporte, para esses destinatários;

.....  
Parágrafo único. A adaptação mediante a técnica de Linguagem Simples de que trata a alínea “e” do inciso I tem por único propósito proporcionar a devida acessibilidade às pessoas com deficiência, em especial às pessoas com deficiência intelectual.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

Deputado AUREO RIBEIRO



2024-4227

Relator

5

Apresentação: 20/05/2024 17:40:24.750 - CPD  
PRL 1 CPD => PL 5974/2023

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247872070400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro

